

Relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil - dezembro de 1937 a julho de 1939

ANDREA HELENA PETRY RAHMEIER

Doutora em História pela PUCRS.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O texto aborda as relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil baseando-se na documentação diplomática alemã. Especificamente, propõe abordar a atuação do embaixador Karl Ritter e do período em que não houve embaixador alemão no Brasil, isto é, de dezembro de 1937 a julho de 1938. Neste período, o contexto histórico das relações diplomáticas foi muito instável, por isto analisá-lo exige conhecer os trâmites legais de organização e de estruturação do próprio Ministério das Relações Exteriores da Alemanha – *Auswärtiges Amt* ou AA. A reestruturação do AA, ocorrida nos primeiros meses de 1938, demonstra a preponderante presença de indivíduos vinculados ao partido nazista. Por exemplo, em 4 de fevereiro desse ano, Ullrich Friedrich Willy Joachim von Ribbentrop¹ foi nomeado ministro das Relações Exteriores da Alemanha, substituindo Konstantin Freiherr von Neurath², que desempenhara essa função desde junho de 1932, isto é, antes de Hitler ser chanceler. Além de que, em abril de 1938, Ernst Heinrich Freiherr von Weizsäcker³ foi nomeado *Staatssekretär* (Secretário de Estado), cargo hierarquicamente logo abaixo do ministro das Relações Exteriores.⁴ Em alguns documentos, o cargo de *Chef der Auslandsorganisation im Auswärtigen Amt* (chefe da Organização do Exterior do partido dentro do Ministério das Relações Exteriores), criado em 30 de janeiro de 1937, e ocupado por Ernst Wilhelm Bohle⁵, foi apresentado como *Staatssekretär*, mas ele não desempenhava tal função, apenas seu cargo tinha esse *status* formal. Isso ocorreu porque desde o surgimento deste cargo, em fevereiro de 1937, Bohle estava subordinado diretamente ao ministro das Relações Exteriores. As alterações no quadro diplomático alemão se refletiram diretamente na burocracia interna desse órgão e nas relações com o Brasil.

OS ACONTECIMENTOS

A chegada e a apresentação do embaixador alemão Karl Ritter⁶, para assumir o posto diplomático no Rio de Janeiro, coincidiu com o estabelecimento do Estado Novo e as conseqüentes ações nacionalizadoras. Nesse contexto, a embaixada alemã cumpriu a sua tarefa, fez um acompanhamento atento dos rumos da política interna brasileira, enviando os resultados dessas observações ao *Auswärtiges Amt*. Nos meses que antecederam ao ocorrido, os relatórios sobre a política interna eram quase que diários, já nos meses seguintes a periodicidade entre um e outro relatório ficou mais espaçada, tornando-se mensal, porque o governo já estava mais consolidado, e outros assuntos passaram a exigir atenção.

O contexto pós-criação do Estado Novo lançou uma névoa sobre os rumos a serem adotados pelo governo brasileiro e a sua política interna, bem como sobre a forma com que seria conduzida a sua política externa. Logo, os diplomatas alemães fizeram conjecturas sobre aquilo que poderia vir a acontecer com este novo governo, sinalizando, entre outros, para uma possível aliança com os integralistas, bem como para a efetivação de uma Campanha de Nacionalização. Nesse sentido, a Campanha de Nacionalização do governo brasileiro já estava sendo iniciada em dezembro de 1937. Algumas medidas nacionalizadoras atingiram os núcleos coloniais de descendentes de imigrantes; outras, os cidadãos estrangeiros que moravam provisoriamente em território brasileiro. Na historiografia brasileira e alemã, a Campanha de Nacionalização geralmente é apontada como um dos motivadores do conflito entre a diplomacia alemã e o governo brasileiro, fato que é questionável, pois, conforme documentação do AA, pode-se afirmar que Ritter não era favorável nem estava contente com as medidas nacionalizadoras do governo brasileiro que atingiram as comunidades de descendentes de imigrantes alemães, mas nada fez de incisivo junto às autoridades nacionais para intervir, e, naquilo que se refere à educação, defendeu a aceitação das leis nacionalizadoras. Não se pode negar que o embaixador alemão tentou, junto com o AA, que a imprensa alemã noticiasse a Campanha de Nacionalização, em janeiro de 1938, mas essa solicitação não obteve êxito, fato que o fez silenciar sobre ações que afetaram as populações de ascendência germânica. A Campanha de Nacionalização efetivada, principalmente no período em que o embaixador alemão no Brasil era Karl Ritter, nas comunidades de descendentes de

imigrantes alemães não constituiu um grande entrave nas relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil. No entanto, quando se tratou de ações de autoridades políticas ou policiais em detrimento dos cidadãos alemães, ou quando a Campanha de Nacionalização atingia esse grupo, Ritter interveio em sua defesa junto ao governo brasileiro, uma vez que este tipo de atividade fazia parte das suas funções como embaixador alemão no Brasil.⁷

As ações da Campanha de Nacionalização, naquilo que se refere à educação dos cidadãos alemães, inicialmente, foi um entrave nas relações entre Alemanha e Brasil. Isto porque a diplomacia entendia que cidadãos alemães deveriam receber ensino na língua alemã. A estrutura administrativa do governo do III Reich também entendia da mesma forma, tanto que decretou que os professores alemães que atuavam no estrangeiro deveriam ser avaliados pelo *Auswärtiges Amt* (Ministério das Relações Exteriores da Alemanha), pela *Auslandsorganisation der NSDAP* (Organização do partido nazista no exterior) e pelo *Reichserziehungsministerium* (Ministério da Educação). No entanto, essa interferência acontecia nas escolas com mais alunos, porque estes recebiam professores vindos da Alemanha. Geralmente, estas se localizavam nas cidades metropolitanas ou de comunidades formadas por *Reichsdeutsche*.⁸ Entretanto, em abril de 1938, já havia uma determinação do embaixador e dentro do AA de que todas as escolas alemãs existentes no Brasil deveriam seguir as leis brasileiras. Sendo assim, essas escolas deveriam ensinar em português, e seus diretores deveriam ter cidadania brasileira, fato que dificultou em muito o trabalho dos professores vindos da Alemanha e impediu que os órgãos partidários e governamentais alemães gerenciassem as escolas alemãs no Brasil.⁹ Por essa razão, o tema educação deixou de ser abordado pelo embaixador nas negociações com o governo brasileiro, a partir de fins de abril de 1938. Portanto, foi um assunto a menos para dificultar as relações diplomáticas.

O grande problema desse período foram as detenções de cidadãos alemães em solo brasileiro e a proibição do partido nazista. Essas ações centralizavam todas as discussões de Ritter junto ao governo brasileiro.¹⁰ A detenção dos *Reichsdeutsche*, somente poderia ser questionada pela diplomacia alemã, pois tratava-se de estrangeiros em solo brasileiro. Essas duas questões intensificaram-se nos meses seguintes.

Por fim, em princípios de 1938, apresenta-se o seguinte quadro: o Brasil tornou-se o país com mais postos da diplomacia alemã na América. Ao

mesmo tempo, Ritter, no desempenho das suas funções como embaixador, teve de resolver situações problemáticas, como as detenções de cidadãos alemães, as reportagens negativas sobre a Alemanha e seus cidadãos na imprensa brasileira e a proibição da NSDAP. De outro lado, o comércio, a doação de café e a cooperação militar e policial estreitaram as relações entre ambos os países. Outros assuntos, como o serviço militar para indivíduos com dupla cidadania, foram sendo abandonados nas negociações diplomáticas, já que, aos poucos, estavam sendo detalhados na legislação brasileira. Sendo assim, o principal interesse das relações exteriores da Alemanha com o Brasil era o econômico, pois um dos assuntos levantados nos relatórios diplomáticos era o medo de perder o mercado brasileiro.

No Brasil, após a proibição do partido nazista, em 18 de abril de 1938, as relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil, aos poucos, foram ficando mais tensas, principalmente porque, na América Latina, o governo brasileiro foi o precursor de ações de proibição das atividades da NSDAP.¹¹ Somando-se a este contexto, em 10 de maio de 1938, a tentativa de golpe integralista proporcionou alguns desdobramentos que afetaram as relações entre os dois países. Após esse atentado, a imprensa brasileira levantou pesadas suspeitas da participação de cidadãos alemães e da própria embaixada, além de que a polícia passou a intensificar a prisão destes nacionais.¹² Todavia, o que foi esse golpe? Em linhas gerais, os integralistas pretendiam tomar o poder, porque estavam impossibilitados de atuar politicamente desde a proibição de todos os partidos políticos, em 2 de dezembro de 1937.¹³ Desse modo, seus dirigentes estavam relegados à marginalização. O golpe integralista, em si, foi eliminado depressa, no entanto, as prisões de *Reichsdeutsche* passaram a ocorrer em seguida.

Estes fatos levaram o AA a intervir para auxiliar nas negociações. O *Staatssekretär*, Weizsäcker, em algumas audiências com o embaixador brasileiro, solicitou que fossem tomadas medidas contra os jornais brasileiros que estavam publicando reportagens que difamavam a imagem da Alemanha. Além disso, também, informou ter dado total aprovação aos atos do embaixador alemão no Brasil, e de que havia sido seguida a proposta de Ritter em fazer uma campanha mais dura na imprensa alemã.¹⁴ Provavelmente, esse contexto tenha acirrado ainda mais os ânimos dos envolvidos, nos dois países.

O governo brasileiro, na pessoa do Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, produziu, em 17 de maio, dias pós-tentativa do golpe integralista e momento em que se suspeitava da participação de cidadãos alemães no mesmo, um ofício justificando a atitude da imprensa.¹⁵ Com isso, a tensão entre as representações diplomáticas acabou se intensificando.

Finalmente, em 21 de maio, o governo brasileiro distribuiu o seguinte comunicado: “Parte da imprensa brasileira assegurou que firmas e nacionais alemães participaram ou emprestaram apoio aos acontecimentos de 11 de maio no Rio de Janeiro. As autoridades brasileiras competentes declararam que até o presente não tem nenhuma prova que sustente essa afirmativa”. Ritter avaliou que essa questão deveria ser considerada encerrada, mas afirmou que, para a Alemanha, o mal-entendido gerado pelas reportagens era um tema importante, enquanto para o governo brasileiro este era abordado num plano secundário. Todavia, em seu entendimento, esse assunto deveria ser deixado de lado, para concentrar as negociações em questões econômicas.¹⁶ Assim, foram encerradas as correspondências sobre esse assunto. Interessante observar que, em 25 de junho de 1938, Severo Fournier, de ascendência italiana, foi acusado de participação no atentado do golpe integralista e ganhou asilo político na embaixada italiana no Rio de Janeiro. Dessa forma, passado mais de um mês em que se difundira que cidadãos alemães e a própria embaixada alemã tivessem participado do golpe, foi comprovada a participação de pessoas com descendência italiana, grupo que nem havia sido mencionado nas reportagens e nas suspeitas logo após o ocorrido.¹⁷

PRISÕES DE CIDADÃOS ALEMÃES

As prisões de cidadãos alemães estavam ocorrendo desde dezembro de 1937, por sua vinculação política ao NSDAP. Perazzo (1999: 199) concluiu que havia uma prática policial, desde essa época, contra alemães em geral, transformando-os “em suspeitos em potencial de ameaça à segurança nacional”. No entanto, após a tentativa do golpe integralista, as prisões destes indivíduos no Rio de Janeiro e em São Paulo tiveram mais um argumento, o da participação no referido golpe.

Desde o golpe integralista, Ritter tanto informava ao AA como estava cada processo de prisão dos cidadãos alemães quanto solicitava ao governo

brasileiro a liberação desses compatriotas.¹⁸ Em Berlim, o AA estava conversando com o embaixador brasileiro sobre todas as questões relatadas por Ritter, além de estarem sendo sistematizadas informações sobre as ações do governo brasileiro em relação aos *Reichsdeutsche*.¹⁹ Sendo assim, percebe-se que a atuação de Ritter era similar à do AA, e que houve um movimento, tanto no Rio de Janeiro quanto em Berlim, para sistematizar e reivindicar os direitos dos cidadãos alemães.

Uma das prisões que trouxe apreensão para a diplomacia alemã, foi a prisão e a posterior morte na cadeia do diretor da “Federação 25 de Julho”, descendente de alemães, Frederico Colin Kopp. Baseando-se na documentação do AA, esse fato seria um grande complicador nas relações diplomáticas. No entanto, conforme Seitenfus (2003, p. 135), no Itamaraty não existe nenhum vestígio de algum documento sobre esse assunto, demonstrando que o mesmo não teve relevância nas relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha.²⁰ Interessa, neste momento, o motivo para a apreensão da diplomacia alemã, que era o fato da possibilidade de junto com a prisão de Kopp terem sido apreendidos dois documentos que poderiam desgastar ainda mais a tênue relação entre as diplomacias alemã e brasileira. Um deles, e o menos perigoso, tratava de um plano para uma nova revolta integralista nos estados sulinos. O outro, que mencionava que a embaixada alemã dele tinha conhecimento, era um rascunho da incorporação da Juventude Hitlerista nas atividades da Federação 25 de Julho. No último documento, constava que a embaixada tinha uma cópia, e seria, em caso de divergência entre os líderes, o árbitro. Interessante observar que Ritter afirmou que tanto ele quanto os membros da embaixada não tinham tomado conhecimento da redação desse documento. Com certeza o embaixador tinha conhecimento da intenção de incorporação da Juventude Hitlerista na Federação 25 de Julho, pois essa definição já havia sido relatada, dias antes, pela embaixada ao AA.²¹ Seitenfus (2003: 134) afirmou que a declaração de Ritter foi uma forma encontrada para proclamar sua inocência. Questiona-se essa interpretação, pois Ritter apenas afirmou que não conhecia o documento em questão, que pode ter sido redigido para posterior avaliação junto à embaixada. Importante esclarecer que o governo brasileiro não deveria saber desse documento, porque o mesmo demonstrava que a embaixada alemã estava apoiando idéias que iam de encontro às leis brasileiras. No dia 30 de junho, a embaixada Alemã no Rio de Janeiro já informava ao AA que a situação era tranquila, e que nada

havia sido publicado sobre a vinculação de Kopp com a Alemanha.²² Em 2 de agosto, foi feito um relatório conclusivo dentro do AA sobre esse assunto, não apresentando nenhuma informação nova.²³ Nesse contexto, a morte de Kopp e o medo de que fossem apreendidos documentos comprometedores gerou apenas preocupações na diplomacia alemã, tanto que se criou uma pasta com a documentação referente a esse assunto, mas não interferiu nas relações diplomáticas entre ambos os países.²⁴

Nos meses que se sucederam, entre julho e outubro de 1938, não foram encontrados documentos comunicando novas detenções de cidadãos alemães. Fato que demonstra que durante o auge das tensões diplomáticas, principalmente nos estados sulinos, houve uma amenização das ações das autoridades brasileiras; todavia, a partir de novembro de 1938, quando a tensão diplomática não era mais tão intensa e as negociações continuaram, diversas correspondências passaram a relatar que novas ações, com o intuito de nacionalizar pessoas com cidadania alemã, estavam sendo executadas pelas autoridades brasileiras, nos estados sulinos.²⁵ A partir de dezembro de 1938, começaram a ocorrer prisões de cidadãos alemães, principalmente nos estados de Santa Catarina e Paraná.²⁶

UMA INDELICADEZA

A tensão nas relações diplomáticas foi intensificada após uma indelicadeza diplomática de Ritter. Essa foi comunicada ao protocolo do AA, em 25 de maio de 1938. Ritter relatou que, em 21 de maio, havia sido convidado por Osvaldo Aranha para um baile em homenagem ao ministro das Relações Exteriores do Chile, sendo que agradeceu e disse que não poderia dançar em um baile enquanto cidadãos alemães estavam presos injustamente. Na sequência, Osvaldo Aranha afirmou que, nesse sentido, o Embaixador Brasileiro em Berlim também passaria a não aceitar mais convites do governo alemão. Ritter respondeu que não era necessário dar essas instruções, pois o embaixador brasileiro não seria mais convidado, enquanto a NSDAP estivesse proibida no Brasil. Ritter não se preocupou em comunicar a seus superiores, mas sim apenas ao protocolo do AA, provavelmente, porque considerou que esse ato não teria muita importância diplomática.²⁷ Entretanto, o mesmo será o grande complicador no desempenho das funções diplomáticas.

No dia 25 de maio, o Embaixador Brasileiro em Berlim, Muniz de Aragão, foi questionar o AA sobre as falas de Ritter em 21 de maio. A pessoa que o atendeu justificou a ação do Embaixador Alemão no Brasil, pois o AA estava frustrado: frente à prisão de cidadãos alemães no Brasil; em função da difícil situação do embaixador alemão frente a essas detenções; e da necessidade de um comunicado brasileiro negando a participação alemã no golpe de 11 de maio (esse item, provavelmente, foi utilizado porque esse diplomata ainda não havia sido informado do comunicado do governo brasileiro de 21 de maio). Depois da audiência no AA, Ritter recebeu a comunicação de que esse tipo de pressão ao embaixador brasileiro não estava nos planos da diplomacia alemã.²⁸ Em 31 de maio de 1938, o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, von Ribbentrop, solicitou, via telegrama, que Ritter fizesse uma *démarche*, e esta foi executada em princípio de junho (HARMS-BALTZER, 1970: 70 e 182). Baseando-se na documentação do AA, esse foi o único momento em que o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha não respaldou as ações de Ritter.

Ritter, na documentação enviada ao AA, ressaltou que, se pessoalmente perdeu simpatia das autoridades brasileiras, no entanto a representação diplomática ganhou o respeito delas. Ritter observou que seria oportuno que ele retornasse para a Alemanha, ficando assim um período fora do Ministério das Relações Exteriores, pois imaginava que não seriam mais criadas situações complicadoras para os cidadãos alemães. Concluiu a correspondência afirmando que Osvaldo Aranha tinha uma relação espiritual, política e de confiança com os EUA, e lutava contra a Alemanha, e que Vargas estava inclinado para uma relação econômica e financeira com a Alemanha.²⁹

Conforme Seitenfus (2003: 127/128), ao final de maio de 1938, Osvaldo Aranha sugeriu a Muniz de Aragão que recomendasse ao AA que somente com outro agente diplomático no posto da embaixada do Rio de Janeiro seria possível a manutenção das relações entre ambos os países. Entretanto, não existe nenhum documento, no arquivo do AA, relatando tal pedido ou a hipótese da substituição ser efetivada. Todavia, em 3 de junho, em correspondência interna do AA, o departamento político informou ao *Staatssekretär* que, no último relatório de Ritter, este solicitava retornar, mas não havia instruções para isso.³⁰ Observa-se, em vários momentos, que Ritter percebia que estava difícil sua permanência no Brasil. Conclui-se que a única ação em que Ritter não teve respaldo do Ministério das Relações Exteriores foi a indelicadeza diplomática cometida em 21 de maio.³¹

NSDAP NA CLANDESTINIDADE

A proibição do partido nazista foi um tema que persistiu, durante o primeiro semestre de 1938, em todas as discussões das relações entre a Alemanha e o Brasil. Foram várias as tentativas para manter viável a existência da NSDAP. No dia 18 de maio, pela primeira vez, Hans Henning von Cossel³² foi apresentado como *Kulturbeirat* (representante cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro).³³ Sendo assim, percebe-se que o governo alemão estava procurando formas de tornar oficial e permanente a atuação do chefe do partido nazista no Brasil. Também começou-se a repensar as atividades da organização na América Latina, em função do medo de que as ações da NSDAP fossem proibidas em outros países latino-americanos como já estava ocorrendo no Brasil. Bohle, diretor da *Auslandsorganisation*, mandou um telegrama para 13 diferentes países com postos diplomáticos nesta área.³⁴ As principais recomendações eram para evitar-se atividades abertas e concentrar-se na doutrinação interna, que todos os descendentes de imigrantes e pessoas com dupla cidadania deveriam ser afastados do partido, da DAF e de suas sub-divisões. Os cidadãos alemães precisavam, então, afastar-se das organizações com objetivos políticos, e deveriam preparar-se para fundar sociedades dirigidas do interior do partido.³⁵

Representantes da NSDAP na Alemanha procuraram forçar a polícia alemã de executar medidas similares às que aconteceram no Brasil contra os nacionais brasileiros que viviam na Alemanha. Entretanto, a tentativa do partido nazista junto à SS não surtiu nenhum efeito, porque, em 10 de outubro de 1938, a SS novamente questionou o fato de não ter sido informada quais seriam os tipos de ações que deveriam ser efetuadas contra os cidadãos brasileiros que moravam na Alemanha.³⁶

O partido nazista tomou a liberdade de encaminhar um ofício em resposta à nota do ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 17 de maio, já citado. O intuito da correspondência era afirmar a importância da NSDAP dentro da estrutura do III *Reich* e respaldar as afirmações de Ritter.³⁷ Entretanto, esse documento acabou transitando dentro do AA, tanto que o partido, em 1º de julho, exigiu do *Staatssekretär* o envio da referida correspondência para Ritter.³⁸ No entanto, pela documentação, isso não ocorreu, pois o próprio partido o enviou, em 6 de julho de 1938.³⁹ Em 8 de julho, Weizsäcker escreveu ao partido nazista justificando que a correspondência em questão

havia sido encaminhada dois dias atrás.⁴⁰ Observa-se que o partido apoiava as ações de Ritter e tentava sustentar a argumentação dele, ou então, este já estava bem familiarizado com o discurso do partido adaptando-o àquilo que o partido esperava.⁴¹ O AA, provavelmente, estaria sendo pressionado para realizar algumas ações, com as quais não concordava. A documentação do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha demonstra nitidamente que a NSDAP estava conseguindo obter uma maior interferência nas ações dos diplomatas. No entanto, quando o referido documento chegou ao Brasil, Ritter e Cossel decidiram não encaminhar a nota, em função da tensão do momento.⁴² Ao longo de agosto a outubro de 1938, esse assunto continuou abandonado. A partir de dezembro daquele ano, a proibição da NSDAP foi compreendida pelos diplomatas como parte da Campanha de Nacionalização, ou, em muitos casos, um paralelo, sendo que quando se abordava a proibição do partido se associava à campanha e vice-versa. A correspondência tratando desse tema passou a ser apenas informativa, e este assunto passou a não ser mais abordado nas relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil.

EMBAIXADORES CONSIDERADOS *PERSONAE NON GRATAE*

Ritter, durante os meses de agosto e setembro de 1938, estava na Alemanha e, quando se preparava para retornar ao Brasil, Muniz de Aragão teve uma audiência no AA. Neste momento, o embaixador brasileiro não pôde falar nem com o ministro alemão, von Ribbentrop, e nem com o *Staatssekretär*, Weizsäcker, porque ambos estavam envolvidos na questão dos Sudetos, região da Tchecoslováquia, sendo assim o *Unterstaatssekretär* o recebeu. O Embaixador Brasileiro em Berlim aconselhou a diplomacia alemã, a mando do ministro das Relações Exteriores do Brasil, que fosse substituído o embaixador Ritter, pois este não seria bem-vindo ao Brasil, por isso gostaria de encontrar uma maneira de evitar sua volta. O *Unterstaatssekretär* afirmou que provavelmente não se seguiria esse conselho, e então Muniz de Aragão afirmou que tinha autorização para declarar que Ritter não era mais *persona grata* no Brasil. Em função da ausência do alto escalão do AA, essa declaração foi adiada.⁴³ Na sequência dos dias, a situação continuava a mesma, tanto que no

dia 30 de setembro o *Unterstaatssekretär* recebeu Muniz de Aragão e uma *démarche*. Neste momento, o diplomata alemão informou que, provavelmente, o AA reagiria com uma ação de reciprocidade, pois Ritter gozava de completa confiança do governo alemão nas suas atividades no Brasil. O motivo alegado para a *démarche* era a indelicadeza diplomática de Ritter junto a Aranha, em 21 de maio, que posteriormente foi retirada.⁴⁴ Nesse contexto, percebe-se uma total incompatibilidade na compreensão das atitudes assumidas, pois para o governo alemão no momento em que Ritter retirou a nota não havia mais motivos para uma animosidade, não sendo necessário, por isso, retirar o embaixador do seu posto. No entanto, para o governo brasileiro, somente o fato de ter ocorrido referido episódio, não avaliando a retirada do mesmo, era motivo de incompatibilidade. Sendo assim, em 3 de outubro, a embaixada alemã no Rio de Janeiro entregou uma nota informando que Muniz de Aragão passou a não ser mais bem-vindo na Alemanha.⁴⁵

Posteriormente, em 6 de outubro de 1938, Aranha encaminhou uma carta ao AA reafirmando a declaração de Ritter como *persona non grata* e questionando a ação de reciprocidade.⁴⁶ Esta carta gerou diversas discussões dentro do AA, e um rascunho de resposta, redigido por Ritter, que posteriormente serviu de base para outros documentos internos do AA sobre este assunto (*LS Schubert, Vortragender Legationsrat Freitag*). Finalmente, em 23 de dezembro de 1938, a diplomacia alemã encaminhou uma redação de resposta a carta de Aranha.⁴⁷ Comparando a documentação, verifica-se que a redação era a de Ritter com poucas alterações sugeridas por Weizsäcker. Nesse contexto, percebe-se que Ritter, mesmo não estando mais no posto da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, tinha influência nas ações executadas por ela. Em 4 de janeiro de 1939, von Levetzow⁴⁸ encaminhou uma carta a Osvaldo Aranha com a redação enviada pelo AA. Nela, afirmou-se o desejo alemão de manter e melhorar as relações com o Brasil, mas lembrou que a tensão diplomática havia sido iniciada pelo governo brasileiro, quando proibiu o partido nazista, efetuou prisões de cidadãos alemães e permitiu que a imprensa brasileira difamasse o governo alemão. Não cita, no entanto, ações efetuadas contra descendentes de imigrantes alemães. Também foi informado que Ritter estava representando os interesses do governo alemão, e não uma posição pessoal.⁴⁹

Em 25 de janeiro de 1939, o governo brasileiro, na pessoa de Ciro de Freitas Valle, respondeu ao ofício da embaixada. Esta reencaminhou o docu-

mento ao AA em 31 de janeiro.⁵⁰ Nela, percebe-se que o governo brasileiro criou uma legítima aversão a Ritter. Parece que ele passou a ser o único culpado. Também fica explícito que o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro atuou junto ao governo brasileiro em favor dos interesses dos cidadãos alemães e não das ações envolvendo a Campanha de Nacionalização que se destinava aos descendentes de imigrantes. Outro dado, expresso no documento, era o entendimento do governo brasileiro de que as prisões de *Reichdeutsche* foram incidentes policiais. A Embaixada Alemã no Rio de Janeiro sugeriu que este assunto não tivesse prosseguimento.

EMBAIXADAS SEM EMBAIXADORES

A retirada dos embaixadores não inviabilizou o trabalho das embaixadas. Pela Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, o encarregado dos negócios, von Levetzow, era a pessoa que respondia pelas ações diplomáticas, enquanto não fossem reatadas relações políticas plenas e nomeado o novo embaixador. Pela Embaixada Brasileira em Berlim, Themístocles da Graça Aranha⁵¹, encarregado dos negócios, desempenhava a mesma função, de outubro de 1938 a outubro de 1939. No entanto, esse contexto gerou algumas limitações, principalmente, nas questões políticas, como veremos a seguir.

A principal preocupação alemã era com as relações econômicas entre Alemanha e Brasil, tanto que o ministro da economia esperava que as difíceis relações políticas não perturbassem as boas relações econômicas.⁵²

Nesses tempos delicados, os ministros brasileiros do Exterior, da Guerra, da Marinha e da Viação, os chefes do exército, do gabinete militar e de polícia apresentaram, em 2 de novembro de 1938, a Vargas, documentos sobre o plano político do nazismo no Brasil. Fato que desencadeou novas providências sobre a defesa e segurança (VARGAS, 1995: 169/170). No dia 8 de novembro, novamente foi discutido, entre Vargas e o ministro da Guerra, o serviço de contra-espionagem alemã (VARGAS, 1995: 171). Sendo assim, num período de tensão, outros fatores se somavam para temperar ainda mais as relações diplomáticas.

Interessante que, ao comparar as correspondências de von Levetzow com Ritter, observa-se que o último relatava as ações contra os descendentes de imigrantes alemães, demonstrava insatisfação, mas sem intenção de inter-

vir. Von Levetzow também demonstrava estar insatisfeito; no entanto, questionava se deveria intervir. Fato que possibilita a conclusão de que o representante do posto diplomático alemão no Rio de Janeiro, em janeiro de 1939, não diferenciava as ações que deveria executar, como diplomata, em relação aos cidadãos alemães e aos de ascendência. No entanto, as intervenções de von Levetzow eram menos duras, porque ele não detinha a função de embaixador, então não poderia agir mais energicamente, e outra, porque este era um período muito tenso, em que todos os cuidados eram necessários.⁵³

A partir de janeiro de 1939, o AA passou a considerar que estava no momento de iniciar o processo de reconduzir um embaixador para o posto do Rio de Janeiro, pois só ele seria capaz de retomar as discussões sobre a proibição da NSDAP e da Campanha de Nacionalização efetivada entre os cidadãos alemães no sul do Brasil.⁵⁴ Em fins de fevereiro, o departamento de política considerou o envio de um embaixador para o posto na capital brasileira, em função da demonstração de apreço do Presidente Brasileiro pela Alemanha, pois Vargas iria enviar seu filho, Lutero Vargas, por seis meses, para estudar na Universidade de Berlim, conforme havia comunicado Graça Aranha, encarregado dos negócios da Embaixada Brasileira em Berlim.⁵⁵ Além de que o convite do governo alemão para Góes Monteiro assistir às manobras do Exército e o desenvolvimento das relações comerciais demonstravam que não havia divergências fundamentais. O governo brasileiro havia solicitado a retirada do embaixador alemão, logo era necessário facilitar o passo inicial deste, informando que a Alemanha estava interessada em rever a questão. No decorrer dos meses, as negociações continuaram.⁵⁶

Em 20 de maio, Graça Aranha foi dialogar com Weizsäcker, para combinar os próximos passos de recondução dos embaixadores para os respectivos países. Ficou definido que em 1º de junho seria anunciado, simultaneamente no Rio de Janeiro e em Berlim, o acordo entre os governos da Alemanha e do Brasil. Nesse mesmo documento, consta que Graça Aranha havia informado que o governo brasileiro agradecia a habilidade de von Levetzow no período de crise e na recondução da normalidade diplomática.⁵⁷ Esta habilidade diplomática conferida a von Levetzow foi muito divulgada na historiografia, tanto por Seitenfus (2003) quanto por Harms-Baltzer (1970: 113). No entanto, questiona-se se realmente esse personagem teve uma habilidade de negociação ou se ele pouco poderia fazer, por ser um período de

conflito, e com isso tornou-se aos olhos da diplomacia brasileira uma pessoa com habilidade diplomática. Outro dado que não deve ser esquecido é que o governo brasileiro criou uma verdadeira aversão a Ritter, sendo assim, precisavam também demonstrar que o problema surgiu em função deste diplomata e que com outro diplomata a situação seria diferente.

Na recondução das negociações, no dia 23 de maio, o escritório do partido, pela pessoa de Martin Bormann⁵⁸, concordou com a indicação de Prüfer como embaixador no Rio de Janeiro, demonstrando que a NSDAP estava controlando e até indicando ou ratificando diplomatas para o posto diplomático do Brasil.⁵⁹ Nesse sentido, surgem duas hipóteses para compreender o documento de concordância com o nome de Prüfer para o posto diplomático do Rio de Janeiro. Ou o partido estava atuando desta forma em todas as nomeações de embaixadores ou a embaixada brasileira era considerada estratégica a ponto de precisar da aprovação do partido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha de Nacionalização não foi um complicador decisivo nas relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil. No entanto, é preciso afirmar que as ações advindas dessa Campanha não foram benquistas pela diplomacia alemã.

A NSDAP, até 1938, estava construindo uma união com a diplomacia alemã.⁶⁰ No entanto, no Brasil, a lei de 18 de abril de 1938, que proibia os partidos estrangeiros, acelerou o processo de união entre a diplomacia e o partido nazista, neste momento histórico. Isto se tornou explícito quando von Cossel, em junho de 1938, retornou ao Brasil com o cargo de adido cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, isto é, adquiriu imunidade diplomática, podendo assim exercer, na clandestinidade, seu papel de chefe da NSDAP no Brasil. Outro fato que alterou os rumos diplomáticos, no ano seguinte, foi que o próprio partido nazista, em março de 1939, definiu que a organização partidária deveria, enquanto não houvesse mudanças no governo brasileiro, enquadrar-se nas principais leis deste país.

A documentação pesquisada questiona a rotulação de von Levetzow como um diplomata com muito tato em negociações, e Ritter como o oposto. Para analisar estes dois diplomatas, precisamos entender as funções de

cada um e também o contexto em que cada um esteve atuando. Outro fato que não pode ser esquecido é que estavam em contato duas culturas muito diferentes: a alemã, na qual a diplomacia já era concebida como uma atividade profissional, e a brasileira que, conforme McCann (1995: 89) e Seitenfus (2003), tinha como principal fundamento fazer amigos. Neste sentido, Ritter ignorou essa característica, e von Levetzow soube utilizar-se dela muito bem.

No segundo semestre de 1939, a situação diplomática entre Brasil e Alemanha se normalizou, mas o contexto mundial se alterou com o início da guerra na Europa. Sendo assim, surgiu um novo contexto para as relações diplomáticas entre os dois países.

As relações diplomáticas foram guiadas pelas circunstâncias do contexto histórico vivenciado, isto é, as ações da política exterior foram sendo estruturadas aos poucos, pois não estavam pré-determinadas. Por isso, uma análise deste período não possibilita grandes generalizações e exige detalhamentos.

NOTAS

¹ Ullrich Friedrich Willy Joachim von Ribbentrop nasceu em Wesel, em 30 de abril de 1893, e foi condenado à morte em Nurembergue, sendo executado em 16 de outubro de 1946. De 1938 a 1945, foi o ministro de Relações Exteriores da Alemanha (<http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/RibbentropJoachim/index.html>). As diversas fontes pesquisadas não apresentam dados sobre a atuação diplomática de von Ribbentrop antes de 1934.

² Konstantin Freiherr von Neurath nasceu em 2 de fevereiro de 1873 e em 1901 iniciou sua carreira diplomática. A filiação ao partido nazista ocorreu apenas em 1937. Permaneceu no cargo de ministro das Relações Exteriores de 1932 até o dia 4 de fevereiro de 1938, depois foi nomeado “*Minister ohne Geschäftsbereich*”, quer dizer, conselheiro ou ministro sem competência ou pasta. Faleceu em 14 de agosto de 1956 (<http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/NeurathKonstantin/index.html>).

³ Ernst Heinrich Freiherr von Weizsäcker nasceu em 25 de maio de 1882 em Stuttgart e faleceu em 4 de agosto de 1951 em Lindau. Era diplomata de carreira, pai de Richard von Weizsäcker, presidente da Alemanha de 1984 a 1994. De 1 de abril de 1938 a 1943 foi *Staatssekretär* do *Auswärtigen Amt*. Em abril de 1938, filiou-se ao NSDAP e tornou-se um *SS-Mann* e depois foi promovido a *SS-Oberführer*. Na sua biografia, tanto da enciclo-

pédia Meyer on-line, <http://lexikon.meyers.de>, quanto na existente no site do *Deutsches Historisches Museum*, <http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/WeizsaeckerErnst/index.html>, consta que ele teve uma relação ambivalente com o regime nazista.

⁴ Até 21 de junho de 1936, o *Staatssekretär* foi Bernhard Wilhelm von Bülow, momento em que foi morto. Depois assumiu Hans-Georg von Mackensen, genro do ministro do Exterior von Neurath, cuja saída ocasionou a troca de cargos (LOPES, 2008, p. 288 e 305).

⁵ Ernest Wilhelm Bohle nasceu em 28 de julho de 1903 na Inglaterra, tinha nacionalidade inglesa, da qual abdicou no verão de 1937. Cresceu no sul da África, estudou em Köln e Berlim. Em 27 de novembro de 1931, entrou para o partido nazista. Em 8 de maio de 1933, foi nomeado diretor da *Auslandsabteilung der NSDAP*, na qual anteriormente desempenhara a função de ajudante de Nieland (LUTHER, 2004, p. 77; MORAES, 2005, p. 111).

⁶ Karl Ritter nasceu em 1883 e faleceu em 1968. Em 1922, iniciou a carreira diplomática. De 1924 a 1937 exerceu o cargo de diretor do setor de economia do AA. Em 16 de junho, foi nomeado Embaixador Alemão no Rio de Janeiro. Chegou ao Brasil em 8 de dezembro, e em 14 de dezembro entregou as credenciais a Vargas (KEIPERT, s/d, no prelo). Conforme Lopes (2008, p. 318), Ritter, antes de começar carreira diplomática, trabalhou no Instituto Econômico do Estado e no Ministério da Fazenda. Sendo assim, sua carreira não foi construída como a dos demais servidores do AA, faltando experiência na prática da diplomacia e sobrando na área econômica.

⁷ Maiores detalhes ver capítulo 2 da tese de Petry Rahmeier (2009).

⁸ Nome informal dado aos alemães de nascimento, isto é, aos habitantes do reino alemão (período de 1871-1945).

⁹ Carta de 24 de fevereiro de 1938, arquivado no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código de arquivamento: R-27273 do PAAA - *Politisches Archiv des Auswärtiges Amtes* (Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha).

¹⁰ As ações de detenção e proibição ocorreram principalmente no Rio Grande do Sul e Paraná, atingiram os filiados e os órgãos partidários. Documentação arquivada no *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (Band 1)*, com o código de arquivamento: R-104939 do PAAA; e na pasta denominada *Politische Abteilung IX-Brasilien - Innere Politik, Parlaments und Parteiwese*, com o código de arquivamento: R-104945 do PAAA.

¹¹ O decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, em síntese: proibiu os estrangeiros de exercerem atividades de natureza política e de interferirem nos negócios públicos do país

(art. 1); proibia qualquer organização de caráter político, mesmo que fosse para representar os interesses do país de origem (art. 2); permitia associações de caráter cultural, beneficente e assistencialista, sem auxílio estrangeiro e com reuniões autorizadas (art. 3); proibia as escolas de receberem recursos do estrangeiro (art. 4).

¹² Documentação de maio de 1939, arquivada dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104939 do PAAA.

¹³ O decreto-lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, proibia todos os partidos políticos no Brasil. Entretanto, havia dúvidas de quais seriam as consequências desse decreto. Provavelmente as incertezas consistiam no fato desta lei proibir no primeiro artigo todos os partidos políticos, mas no inciso deste mesmo artigo definiu que os partidos políticos proibidos eram os que tinham registro ou estavam em processo de tentar conseguir o mesmo no antigo Tribunal Superior e nos tribunais regionais, que deixaram de existir com a criação do Estado Novo. Ao analisar esta lei, a princípio, a NSDAP não seria proibida, pois o mesmo não tinha registro oficial em órgãos brasileiros, sendo assim, provavelmente tanto o partido quanto os representantes diplomáticos poderiam ter considerado que esta lei não chegaria a atingir este partido.

¹⁴ Documentos arquivados dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104939 do PAAA e no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com código: R-27196 do PAAA. Também consta no livro III *REICH* (1968, p. 65 a 67).

¹⁵ Cópia do ofício de 17 de maio de 1938, tendo como numeração brasileira NP/58/500.1, que foi enviada com o relatório B5 (continuação) Pol IX 822, de 19 de maio de 1938, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104939 do PAAA.

¹⁶ Telegrama nº 79, Pol IX 800, de 21 de maio de 1938, arquivado tanto dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104939 do PAAA. Interessante que o livro III *Reich* (1968, p. 67) apresenta em nota de rodapé o comunicado do governo brasileiro feito nesta data.

¹⁷ Para maiores detalhes consultar obras de Seitenfus (2003), Gertz (1987) e Harms-Baltzer (1970), entre outros.

¹⁸ Maiores detalhes sobre as prisões constam na documentação da *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland*, com o código: R-104941 do PAAA; ou do *Büro des Staatssekretärs - Brasilien*, com o código: R-29548 do PAAA; ou ainda, dentro da *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland*, com o código: R-104939 do PAAA.

¹⁹ Relatórios internos do AA, datados de maio de 1938, arquivados dentro do *Politische Abteilung IX* na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (Band 1)*, com o código: R-104939 do PAAA.

²⁰ Maiores detalhes ver obras de: Seitenfus (2003), Bartel (1991) e de Harms-Baltzer (1970). Muitos documentos sobre esse assunto está traduzida para o português na obra *III Reich e o Brasil* (1968).

²¹ Relatório secreto 993/38, de 29 de junho de 1938, Pol IX 1167, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (Band 3)*, com o código: R-104941 do PAAA.

²² Carta de 30 de junho de 1938, Pol IX 1168, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, na pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (Band 3)*, com o código: R-104941 do PAAA.

²³ Documento elaborado por Kund, de 2 de agosto de 1938 dentro do *Kulturabteilung IV*, na pasta *Brasilien – Nationslisierung ab 1934 Misshandlungen und Morde von Kopp* (1938 a 1942, *Band 3*), com o código: R-127506 do PAAA.

²⁴ Departamento: *Kulturabteilung IV*, pasta *Brasilien – Nationslisierung ab 1934 Misshandlungen und Morde von Kopp*, com o código: R-127506 do PAAA.

²⁵ Ver correspondência dentro da *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (Band 4)*, com o código: R-104942 do PAAA.

²⁶ Essa documentação e outras, existentes do AA, trazem informações detalhadas sobre a colônia de Hammonia, em Santa Catarina.

²⁷ Relatório B7/7, de 25 de maio de 1938, arquivada dentro do Pol IX 887, em 31 de maio, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104940 do PAAA.

²⁸ Relatório, Pol IX 835, de 25 de maio de 1938, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104940 do PAAA.

²⁹ Relatório B5, Pol IX 952, datado de 28 de maio de 1938, arquivado dentro do *Auswärtiges Amt*, tanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código: R-27196 do PAAA, quanto na *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104940 do PAAA.

³⁰ Correspondência interna, do departamento político ao *Staatssekretär*, Pol IX 887 de 3 de junho de 1938, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104940 do PAAA.

³¹ Conforme documentação pesquisada por Müller (1997, p. 147), Bohle, em 20 de junho de 1938, definiu Ritter como um homem enérgico e decidido. No entanto, o autor não determinou sobre qual situação estava sendo dado esse elogio – pode ser pela questão da proibição do partido como pode também ser referente à indelicadeza diplomática.

³² Hans Henning von Cossel, cidadão alemão, que desde 1933 era o chefe do partido nazista no Brasil.

³³ Carta de Ritter para o AA, datada de 18 de maio de 1938, arquivado dentro do departamento *Rückwanderung* (repatriamento), na pasta *Brasilien – Allgemeines* (1938-1943), com o código: R-67371 do PAAA.

³⁴ Relação das cidades que receberam essa correspondência: Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago, Bogotá, Guatemala, México, Assunção, Lima, La Paz, Montevidéu, Caracas, Havana e Quito.

³⁵ Telegrama do AA para 12 cidades latino-americanas, assinado por Bohle, datado de 18 de maio de 1938, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104939 do PAAA. Esse documento consta no livro *III Reich* (1968, p. 63); no entanto, traz em alguns termos uma tradução diferenciada, provavelmente porque a tradução do livro foi elaborada da versão norte-americana.

³⁶ Ofício da SS e do Chefe de Polícia para o AA, datada de 10 de outubro de 1938, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104941 do PAAA.

³⁷ Carta de 28 de junho de 1938, Pol IX 1145, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código de arquivamento: R-104940 do PAAA.

³⁸ Ofício de 1º de julho de 1938, da NSDAP para Weizsäcker, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104941 do PAAA.

³⁹ Carta da NSDAP para Ritter, 6 de julho de 1938, arquivada dentro do *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código: R-27196 do PAAA.

⁴⁰ Carta de Weizsäcker para Hess, 8 de julho de 1938, arquivada dentro do *Büro des Staatssekretärs*, pasta *Brasilien (Band 1)*, com o código: R-29548 do PAAA.

⁴¹ Sobre essa sequência de documentos, cabe fazer duas pequenas correções à interpretação de Müller (1997, p. 309). Primeiro, ele achou estranho que o partido não tenha abordado a questão dos teuto-brasileiros, assunto que não poderia ser tratado, pois, como já foi dito, o documento em questão era uma resposta à nota de Osvaldo Aranha de 17 de maio, sendo assim, não poderia ser introduzido nenhum assunto novo. Segundo, o autor, ao descrever essa documentação, acrescentou a análise da resposta à nota de 17 de maio, a documentação produzida em 5 de outubro de 1938, ambas elaboradas por Osvaldo Aranha, e que geraram diversas correspondências diplomáticas e partidárias, mas que não abordam o mesmo assunto. Isto é, acabou misturando a documentação de dois momentos históricos distintos como sendo parte de um único contexto.

⁴² Telegrama nº122, Pol IX 1231, de 12 de julho de 1938, do Rio de Janeiro ao AA, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104941 do PAAA.

⁴³ Memorando de 21 de setembro de 1938, assinado por Woermann, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien (Band 1)*, com o código: R-29548 do PAAA., quanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código: R-27196 do PAAA. Há também no livro *III Reich* (1968, p. 111 e 113).

⁴⁴ Memorando de 30 de setembro de 1938, assinado por Woermann, arquivado tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien (Band 1)*, com o código: R-29548 do PAAA., quanto no *Büro des Chefs der Auslandsorganisation*, com o código: R-27196 do PAAA. Há também no livro *III Reich* (1968, p. 119 e 120). *Démarche* de 30 de setembro de 1938, de Muniz de Aragão a von Ribbentrop, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, com o código: R-29548 do PAAA.

⁴⁵ Telegrama nº 183, de 3 de outubro de 1938, de Berlim para a embaixada no Rio de Janeiro, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, com o código: R-29548 do PAAA. Há também no livro *III Reich* (1968, p. 121).

⁴⁶ Carta de 10 de outubro de 1938, Pol IX 1824/38 do Rio de Janeiro para o AA. Em anexo foi enviada a carta de Osvaldo Aranha para o encarregado de negócios, Werner von Levetzow, datada de 6 de outubro, arquivado dentro do *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (7.1938 a 11.1938, Band 3)*, com o código de arquivamento: R-104941 do PAAA.

⁴⁷ Documentos em resposta à carta de 6 de outubro de 1938, sem data, 10 de outubro, 5, 13 e 23 de dezembro de 1938, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104941 do PAAA.

⁴⁸ Existem poucas informações sobre esse diplomata. Pela correspondência, ele já atuava no posto do Rio de Janeiro em princípio de 1937. Quando Ritter foi considerado *persona non grata*, em outubro de 1938, von Levetzow passou a responder pela embaixada alemã no Rio de Janeiro, como encarregado dos negócios da embaixada, cargo que ocupou até outubro de 1939, quando se apresentou o novo embaixador. Permaneceu atuando no Rio de Janeiro até 27 de julho de 1941, quando foi designado para assumir o posto diplomático de Assunção, no Paraguai.

⁴⁹ Carta da embaixada alemã no Rio de Janeiro a Osvaldo Aranha, nº 2077/38, de 4 de janeiro de 1938, arquivada dentro da *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (Band 4)*, com o código: R-104942 do PAAA.

⁵⁰ Carta nº 2077/38, Pol IX 225, do Rio de Janeiro para o AA, de 31 de janeiro de 1939. Em anexo carta do Itamaty para a embaixada alemã no Rio de Janeiro, NP/20/

921.1(42)(81), transcrita e arquivada dentro da *Politische Abteilung IX*, com o código: R-104942 do PAAA.

⁵¹ Nasceu em 1894, no Rio de Janeiro, não era parente direto de Osvaldo Aranha (DHBB). Em 11 de março de 1937, havia sido transferido do posto diplomático da Suécia para Berlim (LOPES, 2008, p. 299).

⁵² Memorando nº W VIII b 3025, de 4 de outubro de 1938, assinado por Clodius, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (Band 3)*, com o código: R-104941 do PAAA. No livro *III Reich* (1968, p. 123 e 124) há a tradução desse documento, no entanto, a data que consta na tradução não confere com o original.

⁵³ Carta da embaixada alemã no Rio de Janeiro para o AA, de 2 de janeiro de 1939, dentro da *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland (Band 4)*, com o código: R-104942 do PAAA. Tradução do documento em *III REICH* (1968, p. 143 a 146).

⁵⁴ Documentos de fevereiro e março, arquivado dentro do *Politische Abteilung*, com o código: R-104942 do PAAA. E de abril e maio arquivados dentro do *Büro des Staatssekretärs- Brasilien (Band 1)*, com o código: R-29548 do PAAA.

⁵⁵ Em documento elaborado pelo próprio Freytag, de 28 de março de 1939, percebe-se que a afirmação de que Lutero Vargas iria estudar na Alemanha, feita em fevereiro, foi uma jogada na tentativa de conseguir alguma vantagem. Porque, em 28 de março, Graça Aranha, encarregado dos negócios da Embaixada Brasileira em Berlim, e Lutero Vargas tiveram uma audiência no AA. Nesta ocasião, Lutero afirmou que ficaria mais um mês no país, mas tinha interesse em seguir seus estudos na Alemanha. Na sequência, Freytag ligou para o *Iberoamerikanisches Institut* e conseguiu uma bolsa de estudos para Lutero (documento interno do AA, de 28 de março de 1939, Pol IX 513, arquivado dentro da *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien - Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland [12.1938 a 4.1939, Band 4]*, com o código: R-104942 do PAAA). Lutero Vargas, em 27 de julho de 1939, já estava de volta ao Brasil, sendo entrevistado pelo *Jornal do Commercio-Rio* sobre sua viagem à Alemanha (comentário sobre a reportagem arquivada dentro da pasta *Auswärtiges Amt - Zeitungsausschnittsammlung - Brasilien - Bericht über... brasilianische [1938 a 1940]*, com código de arquivamento R 901/60383 do *Bundesarchiv Reich*).

⁵⁶ Maiores detalhes ver capítulo 3 da tese de Petry Rahmeier (2009).

⁵⁷ Correspondência interna, nº 446, de 20 de maio de 1939, arquivada tanto dentro do *Büro des Staatssekretärs*, pasta *Brasilien (Band 1)*, com o código: R-29548 do PAAA, quanto dentro do registro das audiências, com o código: R-29829 do PAAA.

⁵⁸ Martin Bormann nasceu em 17 de junho de 1900 e morreu em maio de 1945, na cidade de Berlim. Em 1927 filia-se ao NSDAP, em 1933 foi nomeado adjunto de Hess (FEST, 2006, 2º vol., p. 498; <http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/BormannMartin/index.html>). Conforme Stackelberg (2002, p. 199), o poder se acumulava nas mãos de Heinrich Himmler, chefe da SS, e de Martin Bormann, que era chefe da chancelaria do partido e controlava o acesso direto a Hitler.

⁵⁹ Documento arquivado dentro da pasta *Personalakten* Prüfer, Curt, com o código de arquivamento: 11523 a 11525 do PAAA.

⁶⁰ Para Pommerin (1977, p. 58), as relações entre Alemanha e América Latina eram mais representadas pela conduta do AO do que pela atividade ou iniciativa da política tradicional do AA, fato que não se comprova na relação Alemanha e Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTELT, Dawid Danilo. *Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien im Rahmen der Deutsch-Brasilianischen Beziehungen 1931-1939*. Berlim: Freie Universität Berlin, 1991 (dissertação de mestrado).

FEST, Joachim. *Hitler*. 2ª vols. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HARMS-BALTZER, Käte. *Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938*. Berlim: Colloquium Verlag, 1970.

KEIPERT, Maria; GRUPP, Peter. *Biographisches Handbuch des deutschen Auswärtigen Dienstes 1871-1945*, hrsg. v. Auswärtigen Amt – Historischer Dienst . Bd. 3, no prelo.

LOPES, Roberto. *Missão no Reich: glória e covardia dos diplomatas latino-americanos na Alemanha de Hitler*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora digital, 2008.

LUTHER, Tammo. *Volkstumspolitik des Deutschen Reiches – 1933-1938: Die Auslandsdeutschen im Spannungsfeld zwischen Traditionalisten und Nationalsozialisten*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004.

MCCANN, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro*. Berlim: Metropol, 2005.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE ALEMANHA E BRASIL...

MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika*. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945. Stuttgart: Heinz, 1997.

O III Reich e o Brasil. Rio de Janeiro: Laudes, 1968, vol. I (1937 a março de 1939).

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

POMMERIN Reine. *Das Dritte Reich und Lateinamerika*. Düsseldorf: Droste, 1977.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil vai a Guerra*. 3ª ed. Baueri: Manole, 2003.

STACKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler*. Origens, interpretações, legados. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

VARGAS, Getúlio Dorneles. *Getúlio Vargas: Diário*. São Paulo: Siciliano/FGV, 1995. 2 v.

RESUMO: O presente texto aborda as relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil que, até 1937, eram intensas e que, a partir de então, tiveram um constante declínio, chegando à declaração de guerra, em agosto de 1942. O trabalho inverte a ótica de análise usual da historiografia brasileira, ou seja, investiga as relações diplomáticas da Alemanha em relação ao Brasil, baseando-se na documentação diplomática alemã. Este artigo contempla a atuação do embaixador Karl Ritter e do período no qual não havia embaixador alemão atuando no Brasil, isto é, de dezembro de 1937 a julho de 1938.

PALAVRAS-CHAVE: Relações diplomáticas Alemanha/Brasil, Governo Vargas, *III Reich*.

ABSTRACT: The following text introduces the diplomatic relationship between Germany and Brazil. Until 1937 the relation between the two countries was very intensive; however from that year ahead it started to decline, culminating to war declaration on August 1942. The current article innovates and shows to be singular, comparing to the already existing texts, because explores the subject under discussion, based on the German point of view related to Brazil and based on the diplomatic documentation researched at archives in Germany. This article explores the timeline between December 1937 and July 1938, covering the proceedings of the ambassador Karl Ritter and also the period which no German ambassador was acting in Brazil.

KEY-WORDS: Diplomatic relations Germany/Brazil, Vargas government, *III Reich*.

